

COISA JULGADA NAS AÇÕES COLETIVAS

Bruno José Silva Nunes



D'PLÁCIDO
EDITORA

Copyright © 2015, D' Plácido Editora.
Copyright © 2015, Bruno José Silva Nunes

Editor Chefe
Plácido Arraes

Produtor Editorial
Tales Leon de Marco

Capa
Leticia Robini de Souza

Diagramação
Leticia Robini de Souza

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios, sem a autorização prévia da D'Plácido Editora.



D' PLÁCIDO
EDITORA

Editora D'Plácido
Av. Brasil, 1843 , Savassi
Belo Horizonte – MG
Tel.: 3261 2801
CEP 30140-002

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

NUNES, Bruno José Silva

Coisa julgada nas ações coletivas -- Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2015.

Bibliografia.

ISBN: 978-85-8425-113-1

1. Direito. 2. Direito Civil. 3. Direito Processual Civil. 4. Coisa Julgada. 5. Direitos coletivos. 6. Processo Coletivo. I. Título. II. Direito. III. Bruno José Silva Nunes

CDU347

CDD341.46

Sumário

Prefácio	13
1. Introdução	17
2. A evolução da sociedade e do direito	21
2.1. Evolução da sociedade e necessidade de mudanças no âmbito do direito.....	21
2.2. Adaptação do Direito Processual.....	30
2.3. As ondas renovatórias do acesso à justiça, segundo Cappelletti e Garth.....	37
2.4. A relevância da pesquisa sobre o instituto da coisa julgada.....	45
3. O princípio constitucional da efetividade do processo	51
3.1. O Estado Democrático de Direito brasileiro.....	51
3.2. A normatividade dos princípios constitucionais.....	56
3.3. Normas jurídicas – princípios e regras.....	66
3.4. Princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição.....	72
3.5. Princípio constitucional da efetividade do processo.....	79
4. Os direitos transindividuais e as finalidades do processo coletivo	89

4.1. Breves linhas históricas sobre a evolução do processo coletivo brasileiro.....	89
4.2. Direitos coletivos <i>lato sensu</i> – definição.....	96
4.3. Objetivos do desenvolvimento do processo coletivo.....	106
5. A coisa julgada: aspectos gerais	113
5.1. Fundamentos da coisa julgada.....	113
5.2. Coisa julgada formal e material.....	119
5.3. Definição do instituto – análise sob o prisma das normas constantes do CPC73 e CPC2015.....	126
5.4. Limites da coisa julgada	136
5.4.1. <i>Limites objetivos da coisa julgada</i>	137
5.4.2. <i>Limites subjetivos da coisa julgada</i>	145
5.5. Efeitos da coisa julgada.....	150
6. A coisa julgada no processo coletivo e a efetividade processual	157
6.1. A necessidade de se adaptar a coisa julgada prevista para o processo de cunho individual no processo coletivo.....	157
6.2. Disciplina normativa da coisa julgada no âmbito do sistema integrado de tutela de direitos ou interesses transindividuais.....	160
6.2.1. <i>Direitos ou interesses difusos</i>	165
6.2.2. <i>Direitos ou interesses coletivos em sentido estrito</i>	176
6.2.3. <i>Direitos ou interesses individuais homogêneos</i>	182
6.3. Críticas doutrinárias à sistemática da extensão da coisa julgada coletiva <i>secundum eventum litis e in utilibus</i>	187
6.4. Restrições à coisa julgada no âmbito do processo coletivo.....	195
6.4.1. <i>Comentários a respeito do art. 16 da LACP</i>	195

6.4.2. O art. 2º-A da Lei 9.494/97 e a coisa julgada nas ações coletivas.....	207
6.4.3. Posição intermediária.....	211
6.5. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça a respeito da aplicação do art. 16 da Lei 7.347/85 e do art. 2º-A da Lei 9.494/97.....	214
6.6. As restrições à coisa julgada no processo coletivo e o princípio constitucional da efetividade do processo.....	220
6.7. Perspectivas atuais do tratamento da coisa julgada no processo coletivo brasileiro.....	227
Notas.....	233
7. Conclusão.....	237
Referências.....	243